



Universidade Federal da Bahia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica



RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES – PIBIC

Nome do Bolsista	Tânia Renilda Santos Torres
Título do Plano	As potencialidades do Proinfo e do Banda larga nas escolas para a promoção da inclusão digital nas escolas públicas
Título do Projeto	Inclusão digital nas escolas: as políticas do MEC
Nome do Orientador	Maria Helena Silveira Bonilla
Grupo de Pesquisa (opcional)	Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC)
Palavras Chave (até 3)	Inclusão digital, políticas públicas, tecnologia educacional
Período de Execução	AGOSTO DE 2008 A JULHO DE 2009

1. Resumo

Objetivos e justificativa do projeto em termos de relevância para a pesquisa científica e do estado da arte.

Nos últimos anos, presenciamos as ações do governo para inserção das TIC no espaço escolar, através das políticas públicas de inclusão digital, no entanto estas são realizadas sem articulação umas com as outras e com ações incipientes. Nesse contexto, esta pesquisa Inclusão Digital nas Escolas: as políticas do MEC, buscou compreender os interesses, as articulações e os desdobramentos dos programas realizado pelo MEC para promoção da inclusão digital dentro do espaço escolar, sendo este relatório responsável pelas análises do Proinfo e do Banda Largas nas Escolas. Utilizamos como metodologia, levantamento e coleta da documentação produzida no âmbito dos programas, via internet, em sites do governo, das instituições envolvidas entre outros. As análises e cruzamento dessas informações permitiram a compreensão das dinâmicas que envolvem os mesmos, assim como material para produção de um artigo e Monografia de final de curso envolvendo a temática, além da alimentação do banco de dados do Grupo de Pesquisa Educação Comunicação e Tecnologias -GEC. Percebemos o quanto essas políticas ainda persistem em realizar suas ações desarticuladas uma das outras e o quanto poderia ser lucrativo e proveitoso se essas trabalhassem integradas entre si, assim como as potencialidades dessas ações quando desenvolvidas de maneira coerente, respeitando os profissionais que irão utilizá-las, através de formações mais amplas, repasse das verbas em tempo hábil, o que impediria a inércia dessas, bem como ampliaria sua abrangência para inclusão digital dos nossos cidadãos

2. Introdução e objetivos do projeto

Descrição da maneira como serão desenvolvidas as atividades para se chegar aos objetivos propostos. Indicar os materiais e métodos que serão usados.

A pesquisa Inclusão digital nas escolas: as políticas do MEC, buscou aprofundar as investigações sobre as potencialidades e limites das políticas desenvolvidas pelo Governo como forma de inserção dos indivíduos na denominada “Sociedade

da Informação”, através de programas realizados dentro do espaço escolar. São eles, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), o Banda Larga nas Escolas, Um computador por aluno (UCA) e Computador Portátil para o Professor, todos vinculados ao MEC, com o intuito de promover o acesso da população à internet e aos recursos tecnológicos. A pesquisa foi dividida em dois programas por bolsista, cabendo a este relatório as pesquisas relacionadas ao ProInfo e o Banda Larga nas Escolas, buscando compreender os interesses, as articulações e os desdobramentos que estão atrelados a estes programas, conforme o plano de trabalho intitulado As potencialidades do Proinfo e do Banda larga nas escolas para a promoção da inclusão digital nas escolas públicas.

Tendo em vista a rapidez com que as tecnologias passaram a estar presentes no cotidiano da nossa sociedade, tornou-se indispensável a presença dessas nas escolas, instituições que exercem o papel de formadoras dos futuros cidadãos. Para tanto, o governo Brasileiro desde a década de 80 e 90, vem realizando movimentações para informatização das escolas com o intuito de formar uma força de trabalho qualificada em eletrônica atendendo as necessidades da sociedade informatizada. Essas ações estão, na maioria, destinadas a população de baixo poder aquisitivo, com cursos em informática direcionados à profissionalização, tendo em vista que o conhecimento adquirido através desses cursos habilita o individuo apenas à instrumentalização para vagas de emprego. Conforme traz Pretto e Bonilla:

“É uma política para as populações carentes, com programas de baixo custo, a nível de ensino fundamental, que respondam às necessidades de instrução elementar e ofereçam ao aluno o preparo profissional necessário a transformar o produto de seu trabalho em renda; para uma minoria, localizada em centros urbanos, ensino médio e superior, devendo-se levar em consideração a capacidade de absorção de mão-de-obra do setor moderno da economia e as demandas de técnicos para os setores privados. (PRETTO E BONILLA, 2000)”

A educação estava responsável pela capacitação em informática da mão de obra destinada ao mercado de trabalho, seus objetivos estavam destinados ao desenvolvimento econômico do país como espaço estratégico para a realização

essas ações. O governo investia em aparelhagem tecnológica e técnicos, sem levar em conta a necessidade de formação da comunidade escolar que iria trabalhar com essas tecnologias, além das mudanças necessárias ao currículo escolar.

Após longos anos de realização dessas ações pelo governo, uma grande parcela da população ainda permanecia à margem do acesso as tecnologias. Essas ações chegavam a um número pequeno de indivíduos devido à precariedade dos seus serviços, que eram realizados de maneira desorganizada, sem contemplar a formação que se desejava, sem infra-estrutura e muitas vezes com aparelhagem tecnológica defasada. Nesse contexto, em 2000, é lançado no Brasil o Programa Sociedade da Informação, que já era realizado em diversos países com o intuito de elaborar políticas públicas para inserção da sociedade no mundo das tecnologias. Coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o Brasil lançou o Livro Verde¹, em 2000, contendo as metas e objetivos da sociedade da Informação. Com isso inicia-se uma busca para incluir a parcela da população considerada excluída das tecnologias. Adotam-se medidas para diminuir esses índices e com elas o movimento de inclusão digital. Para o programa, inclusão no mundo digital está associada às habilidades básicas para os indivíduos poderem usar as tecnologias numa perspectiva de usuário consumidor (Bonilla, 2005, p.42). O Programa Sociedade da Informação, no Brasil, tem suas concepções voltadas para o mercado. Segundo os ideais do programa, a universalização das tecnologias vai oferecer infra-estrutura para o desenvolvimento da economia e posteriormente ao desenvolvimento da sociedade, através da preparação dos indivíduos para fazerem uso das TIC.

¹ **Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil** aponta uma proposta inicial de ações concretas, composta de planejamento, orçamento, execução e acompanhamento específicos do Programa Sociedade da Informação. Está disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>. Acesso em 10/08/2009

Contudo, entendemos que as ações voltadas para inclusão digital da população não se constituem apenas na aquisição de aparelhos tecnológicos, mas também na formação e capacitação dos indivíduos para o uso das TIC, não apenas como ferramentas no processo ensino aprendizagem, mais sim como potencializadoras deste processo, de forma que os indivíduos sejam capazes de produzir, transformar, criar uma consciência crítica e prover produtos dos seus conhecimentos para as suas relações cotidianas, dentro da sociedade, conforme o conceito de inclusão de André Lemos: “Entendo inclusão como habilidade cognitiva para dominar, mudar, desconstruir discursos e alterar as rotas dos produtos prêt-à-porter das fábricas de ilusões.” (LEMOS, 2003).

Tendo em vista a importância dessas ações, voltadas para o ensino público, esta pesquisa procurou compreender os interesses e estratégias articuladas as políticas do ProInfo e do Banda Larga, assim como as características, potencialidades e limites das mesmas para a promoção da inclusão digital da população, bem como as perspectivas que apresentam para constituírem-se como ações significativas da área.

Para atender aos objetivos propostos, de início, foram feitos estudos relacionados aos temas: inclusão digital, políticas públicas, tecnologia educacional e formação de professores, além de grupo de estudo para discussões sobre esses temas. Foram feitos levantamento e coleta de documentos relacionados aos programas ProInfo e Banda Larga nas Escolas, via Internet, em sites do MEC, CAPES, Domínio Público, escolas participantes dos projetos, pesquisadores e professores envolvidos e/ou interessados nos Programas, entre outros, tendo em vista que todo material documental encontra-se disponível em rede. Após coleta e seleção dos documentos necessários à pesquisa, esses foram subdivididos em categorias, facilitando as análises sobre as suas dinâmicas de operacionalização, as quais foram realizadas com base nos aportes teóricos estudados anteriormente, sendo esses documentos e categorias disponibilizados no banco de dados do GEC. Em um terceiro momento foram mapeados coordenadores e professores que participam dos projetos, para a realização de entrevistas semi-

estruturadas,construídas pela bolsista, com auxílio da orientadora, afim de entender as dinâmicas que perpassam o cotidiano dos programas. As entrevistas foram on-line, devido a distância entre os envolvidos, e pela facilidade e comodidade para se realizar uma comunicação em rede nos dias atuais. Estas foram organizadas por categorias e realizadas análises que contribuiram para o cruzamento de todas as informações coletadas, oferecendo subsídios para compreensão dos interesses e estratégias de cada projeto. Os sujeitos foram selecionados para as entrevistas relacionadas ao ProInfo, de acordo com o critério da participação direta nos NTE, tendo em vista que nossas maiores dúvidas estavam na organização e desenvolvimento das atividades nestes espaços. Localizamos 10 professores multiplicadores e 10 professores que receberam capacitação nos NTE, através dos blogs criados durante as formações. Tivemos um pouco de dificuldade pois grande parte desses blogs, após os cursos ficam desatualizados, por falta de apropriação dos professores destes espaços. Tentamos contato com esse professores e multiplicadores por email, não tivemos respostas de nenhum desses. Além dos professores, também foram selecionados os coordenadores Estaduais e Municipais do ProInfo. Dos 27 coordenadores Estaduais 5 responderam a entrevista e dos 27 coordenadores Municipais apenas 2 nos deram retorno. Para o Programa Banda Larga nas Escolas, selecionamos 28 escolas, de várias regiões, que segundo o site do Ministério das Comunicações² já tinham recebido o serviço ou estavam cadastradas à espera das instalações. No entanto, não tivemos resposta dessas escolas.

É importante ressaltar que, durante as atividades mencionadas acima, outras foram realizadas, tais como: participação em eventos que envolvem a temática, produção de um artigo e projeto de monografia de final de curso sobre o tema, alimentação do banco de dados do GEC, reuniões do grupo de pesquisa e monitoria nas disciplinas EDC287 - Educação e Tecnologias Contemporâneas e EDC 266 – Introdução à Informática na Educação.

² Ministério das Comunicações. **Sistema Unificado de Informações sobre Telecomunicações – SUITE. Disponível em:** <http://suite.mc.gov.br/index.asp>
Capturado em 05 de Agosto de 2009.

3. Atividades executadas no período

Relação itemizada das atividades executadas, em ordem seqüencial e temporal, de acordo com os objetivos traçados no projeto e dentro do período de execução do projeto.

- Leituras e estudos em torno dos temas: Inclusão digital, políticas públicas, tecnologia educacional e formação de professores. (Todo o período).
- Participação, como ouvinte, em seminários relacionados com a temática da pesquisa. (Todo o período).
- Participação na lista de discussão do GEC e na lista da EDC-287 Educação e tecnologia contemporânea - (Todo o período).
- Alimentação do banco de dados público do GEC (Grupo de pesquisa em Educação, Comunicação e tecnologias). Disponível em: <https://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/PibicBoni2008> - (Todo o período)
- Participação das discussões do Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias (<http://www.gec.faced.ufba.br/twiki/bin/view/GEC> - (Todo o período)
- Participação do grupo de estudos sobre a temática Inclusão Digital dentro do GEC - <http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/ProjetosInclus%E3oDigital> - da Faculdade de Educação. (Todo o período)
- Oficina ministrada sobre Twiki para produção multimídia nas disciplinas Educação e Tecnologias Contemporâneas (EDC287) e Introdução à Informática na Educação (EDC 266) (setembro e outubro de 2008);
- Elaboração do relatório da monitoria das disciplinas Educação e Tecnologias Contemporâneas (EDC287) e Introdução à Informática na Educação (EDC 266) (novembro de 2008);
- Monitoria nas disciplinas Educação e Tecnologias Contemporâneas (EDC287) e Introdução à Informática na Educação (EDC 266) (agosto a dezembro de 2008);

- Coleta de dados sobre o ProInfo e o programa Banda Larga nas Escolas (Todo o período)
- Organização e análise dos dados coletados (agosto de 2008 a janeiro de 2009)
- Apoio nas oficinas realizadas na disciplina Educação e Tecnologias Contemporâneas para o Curso de Licenciatura do Campo. (janeiro de 2009);
- Elaboração do relatório parcial. (Fevereiro de 2009)
- Elaboração dos roteiros de entrevistas semi-estruturadas. (Março a maio de 2009)
- Seleção dos sujeitos entrevistados (janeiro)
- Realização das entrevistas com os sujeitos selecionados. (Março a maio de 2009)
- Análise das entrevistas (Maio a junho de 2009)
- Tabulação das entrevistas (Maio a junho de 2009)
- Produção de um artigo com o tema Políticas públicas para inclusão digital: um pretexto para análise do ProInfo e do UCA, em conjunto com a bolsista Josélia Domingues. Disponível em: <https://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/ArtigoT%e2nia>
- Elaboração do Projeto de Monografia (junho de 2009).
- Elaboração do relatório final. (Junho e julho de 2009). Disponível em: <https://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/RfT%e2nia>

4. Dificuldades e soluções

Expor as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do projeto e as estratégias utilizadas para sua resolução.

A maior dificuldade encontrada durante a realização da pesquisa foi no que tange ao Programa Banda Larga nas Escolas. Devido ao pouco tempo em que foi implementado, são poucas as informações disponíveis em sites e documentos,

além da ausência de respostas das instituições atendidas pelo programa à solicitação para a realização das entrevistas. Esse fato dificultou o acesso aos dados, assim como às informações, referente às dinâmicas de operacionalização do programa, sob o ponto de vista dos indivíduos que interagem com esses, durante o cotidiano. Então, desenvolvemos a pesquisa com o material que adquirimos, e, embora não sejam suficientes para compreender plenamente as articulações que envolvem o programa, foi o possível de ser realizado nessa fase do Programa.

5. Resultados e Discussão

Relação dos resultados ou produtos obtidos durante a execução da pesquisa, indicando os avanços no conhecimento disponível obtidos com a execução da pesquisa.

O Programa Banda Larga nas Escolas teve seu decreto assinado em 2008, através de um acordo entre governo e as teles, onde estas ficaram responsáveis por levar o serviço de banda larga para as escolas. O programa funciona através da conexão de internet em banda larga nas escolas públicas da zona urbana e rural, sendo que as operadoras devem levar gratuitamente banda larga às escolas até 2025, atualizando a velocidade periodicamente. Existe uma divisão de espaço entre as operadoras para atender a demanda, ou seja, cada operadora de telefonia é responsável por uma quantidade de Estados. A operadora responsável pelo Estado deverá instalar a banda larga no laboratório de informática da escola, e caso a escola não possua laboratório de informática, a banda larga deverá ser instalada na sala de matrícula, ou em outra sala que tiver computador. A banda larga não poderá ser instalada em uma linha já existente, ela deverá ser instalada em uma nova linha telefônica específica para este serviço. A empresa fornecerá o primeiro modem, ficando a reposição deste equipamento, em caso de perda ou roubo, a cargo da unidade escolar, assim como a distribuição da conexão banda larga para outras áreas da unidade escolar.

Para conseguir a distribuição do serviço de banda larga para as escolas, o governo fez uma troca com as teles, onde essas deixaram de fornecer postos de

serviços telefônico (PST)³ em cada cidade Brasileira, passando a distribuir seus backhails⁴ em todas as sedes municipais do país. Antes que se fizesse a troca de serviços, o governo teve de convencer as teles sobre os benefícios do acordo para a sociedade e, principalmente, para as empresas, que não iriam ter um número maior de investimentos financeiros na instalação dos backhails ao invés dos PST, ou seja, seria gasto o mesmo montante. No entanto, não foi apenas pelos benefícios que iam proporcionar à sociedade que o acordo foi aceito. Conforme traz Gindre⁵ (2008), com a passagem dos backbones na porta de milhares de cidadãos, as empresas ganharam o direito de explorar, sozinhas, a rede, podendo usá-los para vender seus serviços de banda larga, e evitar a concorrência com as pequenas empresas, o que demonstra que o acordo não foi feito apenas por ser mais vantajoso para a sociedade.

Segundo os idealizadores do Programa, a oferta de banda larga gratuita para as escolas irá promover a inclusão digital da sociedade, apesar de nenhum documento relacionado ao mesmo, tratar do assunto Inclusão digital. No entanto, sabemos que inclusão digital é bem mais do que a simples oferta do serviço da conexão banda larga, mais sim, conforme traz Bonilla (2002, p.46), a capacidade dos indivíduos para questionar, participar, produzir, decidir, transformar o meio social em que vive, fazendo uso das redes e conhecendo várias culturas através das TIC.

A iniciativa do Banda Larga nas Escolas seria um grande impulso para melhoria do ensino público do país, se as operadoras alcançarem seus objetivos quanto a conexão de todas as escolas públicas, tanto da zona urbana, como da zona rural

³ PST (Posto de Serviços de Telecomunicações) é um conjunto de instalações de uso coletivo com um telefone de uso público (TUP), um Terminal de Acesso Público que permite o acesso à internet (TAP) e um fax. Os PST devem ser instalado nas Unidade de Atendimento de Cooperativa (UAC) localizada na Área Rural e mantido por uma concessionária (Brasil Telecom, Telecom. Telemar, Sercomtel, Telefônica).

⁴ Backhaul é uma infra-estrutura para o transporte de dados em alta velocidade, entre sites.

⁵ Gustavo Gindre é pesquisador em políticas de comunicação, membro eleito do Comitê Gestor da Internet no Brasil e membro do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

em alta velocidade. Segundo Pretto (2000) a conexão pode possibilitar a escola um ponto articulador da produção de conhecimento, cultural e informações, do estabelecimento de relações de dinâmicas de aprendizagem. No entanto, seria necessário que os professores, assim como a comunidade escolar, dominassem essas tecnologias que vão utilizar em sala de aula, não apenas que estejam íntimos dos hardwares, sabendo manuseá-los, mas que estejam dispostos a repensar o processo ensino-aprendizagem, reaprender a ensinar, a estar com os alunos e orientá-los em ambiente online. As tecnologias ainda são utilizadas mais para ilustrar o conteúdo do professor do que para criar novos desafios didáticos (Moran, 2004, p.2), os profissionais da área insistem em uma educação de cima para baixo, onde o professor transmite o conteúdo e os alunos absorvem sem questionar. Nesse sentido, os educadores precisam de formação para atuarem com as tecnologias em sala de aula. Contudo, não localizamos nos documentos relacionados ao Programa, nenhuma cláusula sobre a capacitação dos professores para o uso da internet nas salas de aula.

Apenas são descritos dados relacionados à velocidade da rede, que deverá ser de 1 Mbps, para todas as escolas, até 31 de dezembro de 2010, quando passará a ofertar conexão de 2 Mbps. A partir de 2010, no caso de haver oferta comercial de velocidades maiores nas localidades atendidas pelas operadoras, as escolas também terão upgrade com base na maior velocidade disponível. O máximo que encontramos referente ao uso das redes em sala de aula pelos professores é a oferta de materiais de apoio pedagógico online, portais educacionais e novos conteúdos, como o Portal do Professor⁶ e o Banco Internacional de Objetos Educacionais⁷, destinados a auxiliar os educadores, em uma parceria entre o

⁶ Portal do professor tem como objetivo subsidiar um conjunto de projetos e atividades em um espaço virtual voltado para o atendimento das necessidades formativas de professores de diferentes níveis e modalidades de ensino.

Disponível em : <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>. Acesso em 10/08/2009.

⁷ Banco Internacional de Objetos Educacionais: funciona como um repositório para compartilhar recursos educacionais em diversas mídias e idiomas (áudio, vídeo, animação/simulação, imagem, hipertexto, softwares educacionais). Todos os recursos disponível são de acesso público e livre e visam atender diversas áreas do conhecimento e em diversos níveis. Disponível em :

Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Notamos que a preocupação maior do programa está na velocidade das conexões, como se isso pudesse garantir uma utilização eficaz das mesmas. É insuficiente alta velocidade, sem um plano específico para a formação dos professores que irão trabalhar com essas tecnologias, conforme trazem Pretto e Bonilla:

“Podemos perceber desde as origens do processo de introdução da informática na educação, um fato que persiste até hoje, ou seja, os educadores e professores ficam quase à margem desses processos. Os projetos para o uso da tecnologia na educação envolvem técnicos e especialistas de áreas relacionadas com a tecnologia mais não envolvem os profissionais diretamente envolvidos com a educação - os professores de sala de aula (PRETTO E BONILLA,2000).”

O relatório de Alteração do Plano Geral de Metas de Universalização do STFC⁸, traz um questionamento ao Conselheiro Marcelo Bechara (representante do Ministério das Comunicações) sobre quais programas pedagógicos estariam articulados ao Banda Larga nas Escolas, ao que o mesmo afirmou não existir articulação deste com qualquer outra política educacional, que tenha como objetivo a inclusão digital das escolas. Segundo o Conselheiro, o Serviço de Comunicação de Multimídia relacionado com o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO, desenvolvido pelo Ministério das Comunicações é que irá cumprir o papel anunciado sobre uma “capacitação tecnológica educacional”.

Com isso percebemos a falta de articulação entre os Programas do Governo, com pouca integração entre os projetos. O Governo Lula vem colocando como pauta principal a inclusão digital no país, no entanto esta tem avançado menos do que poderia. A ausência de articulação inviabiliza que os recursos sejam usados de forma mais eficiente. As iniciativas estão sobrepostas e falta sinergia entre os

<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>. Acesso em 10/08/2009.

⁸ GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. Relatório – **Alteração do Plano Geral de Metas de Universalização do STFC**. São Paulo. 2008. Disponível em <http://www.wirelessbrasil.org/wirelessbr/colaboradores/flavia_lefevre/relatorio_01.html>. Capturado em 26/06/2009.

Programas, que realizam suas ações individualmente, quando poderiam alcançar maior êxito se trabalhassem em regime de parceria buscando atender seus objetivos de inclusão da sociedade no mundo digital. Alguns gastam recursos para fazerem a mesma coisa que outros já fazem. Como exemplo, temos escolas que se recusaram a receber o Programa Banda Larga, pois já possuem conexão. Outras, como em seis Estados (CE, SC, MG, PE, MA e PA), já possuíam conexões próprias, no entanto, aceitaram integrar à rede do programa de banda larga como uma conexão adicional, ou seja, alguns governos estaduais decidiram se adiantar e implantaram, por conta própria, seus programas de inclusão digital. O resultado é que muitas escolas que constam no calendário do MEC já estão conectadas e oferecendo aos seus alunos laboratórios de informática. Em uma matéria do site da UOL⁹ foi noticiada a seguinte informação:

“Em São Paulo o Governo Estadual se recusou a receber o ponto que deveria ser colocado pela Telefônica, conforme determinado pela Anatel. A Secretaria da Educação alega que já possui internet em todas as cerca de 5,5 mil escolas que compõem a rede. Se aceitasse a oferta governamental, o Estado teria de investir mais R\$ 32 milhões para se adaptar à rede federal. Atualmente, o Governo do Estado de São Paulo paga R\$ 13 milhões à Telefônica, pois utiliza a conexão da operadora em toda a sua administração. (OLIVEIRA, 2009)”

O Estado de São Paulo possui uma rede de conexão chamada de Intragov, administradas pela Prodesp - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo e a Telefônica, responsável pela manutenção. O Intragov é composto por uma rede de inúmeros provedores que liga os órgãos do Governo do Estado, dentre eles todas Escolas e todas Diretorias de Ensino à Secretaria de Estado da Educação, Departamento de Recursos Humanos, Fundação para o Desenvolvimento Escolar, Coordenadoria da Grande São Paulo, e Palácio do Governo. Conforme o site do Intragov¹⁰, o objetivo é integrar as redes de

⁹ 3 GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. Relatório – **Alteração do Plano Geral de Metas de Universalização do STFC**. São Paulo. 2008. Disponível em <http://www.wirelessbrasil.org/wirelessbr/colaboradores/flavia_lefevre/relatorio_01.html>

¹⁰ **Rede Intragov**. Disponível em: <http://www.intragov.sp.gov.br/menu princ/casos.html>. Capturado em 05 de agosto de 2009.

comunicação de dados, voz e de vídeo das Secretarias e Órgãos do Estado, visando um melhor aproveitamento de recursos materiais, humanos, financeiros e orçamentários dos participantes. Segundo a Secretaria de Educação do Estado, 5.537 das suas escolas já possuem banda larga, mais veloz e mais segura, e o custo de conexão por escola, pago à Telefônica, é de R\$ 194,90 por mês-gasto anual de cerca de R\$ 13 milhões. No entanto, nem tudo são maravilhas, os links do Intragov possuem bloqueios para alguns sites de busca, download, chats além de outras restrições. Essa atitude de bloqueio a determinados sites, impede que os sujeitos tenham autonomia e criticidade, além de impossibilitar necessidades de produções específicas para cada indivíduo durante a navegação em rede. Outro fato que nos chama atenção é a recusa do governo de São Paulo para receber a conexão do programa Banda Larga devido ao fato de já possuir internet em alta velocidade. É contraditório o fato de que o governo está pagando um montante de dinheiro à Telefônica para a disponibilização de um serviço, que está já vêm recebendo para fornecer através de um acordo entre governo federal e as teles. Ou seja, a Telefônica vem recebendo os benefícios do acordo com o governo federal e ao mesmo tempo vendendo o mesmo serviço ao governo de São Paulo. Dinheiro público gasto de forma desnecessária quando poderia estar sendo utilizado para atender outras necessidades da nossa população. A Secretaria da Educação de São Paulo diz que possui banda larga mais veloz comparada ao serviços prestado pelo Banda larga nas escolas, sendo que a Telefônica deveria fornecer conexão com a maior velocidade disponível no mercado para as escolas, conforme o acordo com o governo federal. Nesse contexto, parece que a Telefônica não vem fornecendo a velocidade de conexão que deveria, conforme suas responsabilidades com o programa Banda Larga nas Escolas. Ou seja, percebemos o desperdício de recursos financeiros assim como a falta de comprometimento de muitos governo e entidades com os interesses dos cidadãos brasileiros.

Um trabalho realizado em 2005, chamado de Macro Plano de Inclusão Digital, criado com o intuito de fazer um diagnóstico da situação do país no âmbito da inclusão digital, já trazia críticas quanto à falta de coordenação clara e centralizada

entre os diversos programas governamentais existentes, não havendo também um alinhamento com as iniciativas dos governos estaduais e municipais, como vemos abaixo.

Contextualização do trabalho – Macro Plano de Inclusão Digital

Histórico e motivação

- 1 ▶ Suporte na coordenação do Programa Computador para Todos (ex-PC Conectado)
- 2 ▶ Identificação de disfunções no tratamento da inclusão digital no país
 - Ausência de gestão integrada das iniciativas
 - Desarticulação entre diversos Ministérios
 - Indefinição de responsabilidades e papéis
 - Inexistência de uma política de ID
 - Recursos pouco otimizados
 - Indefinições quanto às fontes de recursos
 - Duplicidade de esforços
 - Baixa articulação do governo junto aos setores privado e terceiro setor
- 3 ▶ Demanda da Presidência da República

O trabalho proposto

- ▶ Plano integrado
 - Mapeamento situação atual
 - Objetivos longo prazo
 - Lacunas e gargalos com soluções propostas
 - Priorizações
 - Plano implementação, com indicação de prazos e responsáveis
- ▶ Identificação de ações de ganho rápido

Fonte: Análise BDO Trevisan

BDO Trevisan 1

Fonte: Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), em <http://www.serpro.gov.br/servicos/downloads/>.

As teles firmaram com o governo obrigações e padrões de qualidade para a conexão das escolas públicas à internet. Conforme essas obrigações, 40% dos municípios deveriam contar com a estrutura em 2008, 40% em 2009 e os 20% restantes em 2010. A meta destinada ao primeiro bimestre de 2008, para instalar a conexão em 2 mil escolas, já foi cumprida, 2.500 escolas públicas já receberam o serviço de Banda Larga. No entanto, foram detectados alguns problemas, como o fato de que muitas escolas ainda não possuem laboratório de informática, essencial para utilizar as conexões de rede durante as aulas. Essas recebem os pontos de rede nas secretarias. Mesmo após mais de 10 anos em execução, o ProInfo (Programa de Inclusão Digital, também realizado pelo MEC), que deveria fornecer laboratórios de informática para as escolas públicas, atende um número

pequeno de escolas. Para receberem os laboratórios do ProInfo, as escolas precisam atender requisitos como espaço e infra-estrutura, no entanto muitas das nossas escolas, segundo apontam diversas pesquisas, estão sucateadas, funcionando de maneira precária e sem condições para organizar os espaços para estes laboratórios.

O Programa de Informática na Educação ([ProInfo](#)) vem sendo implantado, desde 1997, em regime de colaboração entre o MEC e os governos estaduais representados por suas respectivas Secretarias de Educação-SEE, tendo como principais ações: subordinar a introdução da informática nas escolas; adaptar a instalação de recursos informatizados à capacidade das escolas para utilizá-los (demonstrada através da comprovação da existência de infra-estrutura física que atenda as exigências das máquinas que será fornecida); promover o desenvolvimento de infra-estrutura de suporte técnico de informática no sistema de ensino público; estimular a interligação de computadores nas escolas públicas, para possibilitar a formação de uma ampla rede de comunicações vinculada à educação; fomentar a mudança de cultura no sistema público de ensino de 1º e 2º graus, de forma a torná-lo apto a preparar cidadãos capazes de interagir numa sociedade cada vez mais tecnologicamente desenvolvida; incentivar a articulação entre os atores envolvidos no processo de informatização da educação brasileira; institucionalizar um adequado sistema de acompanhamento e avaliação do Programa em todos os seus níveis e instâncias (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997. p.05).

Seu diferencial, em relação às políticas públicas voltadas para inserção das TIC no ambiente escolar, era a capacitação destinada aos professores, gestores e outros agentes educacionais para a utilização pedagógica das tecnologias nas escolas, através dos NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional).

Em 2007, a Secretaria de Educação a Distância/MEC, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem como objetivo auxiliar as escolas a se organizar de maneira eficaz, com a melhor concentração de esforços e

recursos para reverter os índices de repetência, abandono escolar e má qualidade da aprendizagem, desenvolveu a reformulação¹¹ do Programa Nacional de Informática na Educação, que passou a se chamar Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Além da troca do nome, o programa adotou a proposta de integração de mídias na educação tendo como objetivo contribuir com a inclusão digital através do aumento do acesso às TIC.

O “Novo ProInfo”, como ficou conhecido o Programa, não sofreu grandes alterações nas suas diretrizes. A troca do termo “Tecnologia na Educação” por “Tecnologia Educacional” acabou por limitar os tipos de tecnologia que podem ser utilizadas no espaço educacional, dando a impressão de que determinadas tecnologias são adequadas a esse espaço ao invés de todas, conforme aponta Bonilla:

“Considero que o termo Tecnologia na Educação carrega um sentido mais amplo, inferindo que é possível, na educação, utilizarmos toda e qualquer tecnologia que esteja disponível na sociedade. Já o termo “Tecnologia Educacional” carrega um sentido mais restrito, inferindo que existe uma tecnologia própria para a educação, uma vez que o “educacional” está posto como marca de um determinado tipo de tecnologia (BONILLA, 2009).”

Além da troca dos nomes, o programa inclui o termo inclusão digital, antes não visto em seus documentos. O entendimento sobre Inclusão digital relacionado ao ProInfo está em possibilitar a inclusão digital dos alunos das escolas públicas, através da montagem de laboratórios de informática, onde serão realizadas atividades, com auxílio de professores capacitados, para possibilitarem a compreensão dos conhecimentos nas diferentes disciplinas, com o auxílio das TIC. Ou seja, o programa carrega a perspectiva de inclusão digital como complemento ao currículo quando deveria ser parte integrante da proposta pedagógica. Acredita-se que o programa proporcionará a inclusão digital via acesso às máquinas, como complemento às aulas. No entanto, entendemos inclusão digital além do simples acesso ao hardware:

¹¹ Decreto nº 6.300, de 12 de Dezembro de 2007. [Reformulação do PROINFO no contexto do PDE \(Plano de Desenvolvimento da Educação\)](http://www.planalto.gov.br). Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 de abril de 2009

“...a inclusão digital significa a participação efetiva, onde os indivíduos têm capacidade não só de usar e manejar o novo meio, mas, também, de prover serviços, informações e conhecimentos, conviver e estabelecer relações que promovam a inserção das múltiplas culturas nas redes, em rede (BONILLA; PRETTO, 2001).”

Em suas diretrizes, o ProInfo aponta para a necessidade que vem surgindo ao longo dos anos, de mão de obra cada vez mais qualificada. Com isso, percebemos sua preocupação, quanto à importância da capacitação dos recursos humanos para acompanhar os novos padrões de produtividade e competitividade exigido pelo mercado de trabalho, em função dos avanços tecnológicos. Esses, por sua vez, trazem mudanças nos sistemas de conhecimento, novas formas de trabalho que influem na política e na organização da sociedade. No entanto, não cabe às escolas trabalharem apenas com a formação dos indivíduos para atuarem no mercado de trabalho, mas sim a formação ampla, utilizando as TIC, tendo em vista que essas vêm se tornando cada vez mais presente dentro do nosso cotidiano.

Durante a pesquisa, além da coleta e análise dos documentos relacionados ao ProInfo, foram realizadas entrevistas com os coordenadores Estaduais e Municipais que nos demonstraram disponibilidade. Dos 54 coordenadores Estaduais e Municipais, apenas 7 responderam as nossas questões. Um número considerável demonstrou disponibilidade, no entanto não deram retorno após o envio das questões. Apesar do pequeno número de coordenadores entrevistados, as informações fornecidas foram parecidas quanto às ações cotidianas e dificuldades enfrentadas nas escolas.

Nosso primeiro questionamento foi sobre como acontecem as ações para o uso das TIC na educação. Todos os coordenadores, apesar de estarem em localidades diferentes, atribuíram a execução das ações seguindo a proposta das Diretrizes do ProInfo, seguindo as formas de organização, operacionalização e capacitação dos professores, conforme traz o coordenador de Rondônia:

“Em Rondônia há quatro Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE’s, os quais são responsáveis por uma quantidade de municípios. Em termos de recursos humanos desses Núcleos há professores formadores, o multiplicadores, que dominam conhecimentos teórico-práticos em informática pedagógica, os quais multiplicam esse conhecimento para os Coordenadores de Laboratórios de Informática Educativa – LIE ou diretamente para os professores lotados nas escolas públicas. Essas capacitações são realizadas diretamente na escola ou no próprio NTE. Após essas capacitações, que partem de conhecimentos básicos para os recursos mais avançados, os professores são incentivados a levar esses recursos tecnológicos para a sala de aula.”

(Valmir Souto, coordenador do ProInfo em Rondonia)

As capacitações destinadas aos professores são executadas pelos próprios multiplicadores e todos os professores de escolas públicas podem se inscrever espontaneamente. Nos documentos relacionados ao programa não fica claro a função do multiplicador; o que percebemos é um acúmulo de atividades sobre responsabilidade desses. As capacitações ocorrem com uma carga horária mínima, as atividades ficam desarticuladas, muitas são feitas a distância, sem levar em conta as especificidades de cada região.

A maioria dos coordenadores demonstraram preocupação quanto a saída dos professores da sala de aula para as capacitações. O número de professores atuando em sala de aula é grande, e a participação deles nas capacitações é algo de grande importância, tendo em vistas as novas perspectivas que podem trazer. No entanto, ainda há uma falta de motivação para participação nesses cursos, sem deixar de ressaltar que muitos desses professores trabalham 40 horas semanais. Grande parte desses cursos são realizados a distância, sem a diminuição da carga horária de trabalho, fazendo com que muitos dos cursistas acessem o curso a noite, após o desgaste das atividades diárias de magistério. Este fato acarreta a diminuição do entusiasmo e, conseqüentemente, do rendimento.

“Não é política do Estado, retirar professores de sala de aula para fazer “cursos” de tecnologia. Entendemos que como princípio a formação deve ocorrer no local de trabalho do professor, com os equipamentos que a ele estão disponíveis e de acordo com a sua necessidade e interesse”. (Marcos Cantini, ProInfo no Paraná)

“Aplicamos uma pesquisa, em 25% das escolas de nossa rede, para termos um diagnóstico da

disponibilidade ou não do tempo do professor para sua formação continuada.

(Maria de Lourdes Valentim, ProInfo Natal/RN)

As Universidades Federais, em parceria com os núcleos, vêm ofertando o curso de Mídias na Educação, formatado pelo MEC e UNB. É um Curso de especialização dividido em 3 níveis: básico - extensão 120 h; intermediário - aperfeiçoamento - 60 ou 80 h e o nível avançado, com 180 h. O professor, ao concluir os 3 níveis, recebe a certificação da especialização ou se concluir os níveis (básico ou intermediário), recebe a certificação equivalente. Com isso, percebemos uma sutil aproximação das universidades públicas com as políticas públicas. Essa união pode trazer grandes benefícios para educação. Segundo Pretto (2002), as políticas não podem prescindir de uma fortíssima articulação com as universidades e faculdades que formam professores, sobretudo as públicas, que constituem um arsenal de mão-de-obra qualificada para enfrentar coletivamente essa mudança.

Um dos fatos que mais nos chamou atenção quanto à organização do ProInfo, foi no que se refere às dificuldades encontradas para realização do Programa. Nas falas dos coordenadores, a problemática está centrada em um mesmo fato: o atraso nas verbas. A ausência de um montante financeiro para realização das atividades destinadas ao ProInfo, vem causando atraso em grande parte das suas ações. Os coordenadores nos relataram a ausência de material humano para atender as escolas, falta de veículos para atender os multiplicadores além de diárias que são pagas com muito atraso. Alguns NTE possuem apenas um veículo para atender uma demanda grande de escolas. Muitos professores são formados para atuarem como multiplicadores, no entanto são chamados para retornarem as salas de aula ou atenderem outros projetos; com isso notamos a falta de articulação entre as ações do Programa com as Secretarias de educação. Conforme o documento sobre a Estrutura operacional do ProInfo, deve existir uma articulação entre ações do NTE e as secretarias, no entanto percebemos que as ações ocorrem isoladas dessa interação. A comunidade escolar que deveria incentivar seus profissionais para atuarem com as TiC em sala de aula, com

embasamento nas capacitações, demonstram pouco interesse pelo uso dessas nas escolas. Entre outras dificuldades apontadas, podemos destacar as do NTE do Paraná:

“As nossas maiores dificuldades são: manter o quadro de multiplicadores, pois a cada ano, temos casos de retorno para sala de aula, falta de comprometimento com a proposta e o retorno automático para sala de aula, programas da Secretaria que acabam por realocar profissionais em outras ações. Um dos fatores de maior dificuldade, está ainda nos gestores das regionais de educação, que são responsáveis locais pelas formações e os gestores das escolas (diretores/equipe pedagógica) que não incentiva, acompanha e organiza a escola para que durante a visita do multiplicador, mais professores sejam atendidos. Alguns não utilizam e não conhecem o potencial das tecnologias e não somam com a proposta de formação continuada in loco nas escolas. Falta de transporte (carro) para deslocamento a localidades de difícil acesso. (Marcos Cantini, Parana)

Um dos elementos mais fortes do Proinfo está na estrutura de suporte dos NTE juntamente com a formação destinada aos professores. O desafio está em manter esse sistema em funcionamento, articulado com os diversos setores responsáveis pela sua coordenação, superando a escassez de verba, imprescindível para possibilitar o trabalho. Após 12 anos que foi implementado, o ProInfo ainda deixa muito a desejar. São poucas as escolas que possuem os laboratórios de informática. No entanto este, com toda sua problemática, representa umas das principais políticas para inserção das TIC no ambiente escolar, levando em consideração a formação destinada à comunidade escolar.

Os objetivos desses programas para promover a inclusão digital da sociedade, ainda deixa muito a desejar. O que percebemos são ações voltadas para sociedade da informação, dando ênfase ao mercado consumidor, quando deveriam estar direcionadas à formação dos indivíduos para uma plena vivência da cultura digital, ativos e conscientes do seu processo de participação no cotidiano da sociedade. A visão reducionista que vem sendo atrelada à prática das políticas públicas, dentro do espaço escolar, minimiza as ações realizadas neste

ambiente, fracionando as formações tanto dos educadores quanto dos educandos. Se faz necessária uma política de qualidade voltada para educação, visando a inclusão digital. No que tange ao ProInfo, não podemos levar em conta apenas o número de máquinas que são adquiridas, assim como não podemos destacar apenas o número de escolas que possuem conexão em banda larga, mas a maneira como essas TIC vêm sendo utilizadas no espaço escolar para promoção da Inclusão digital. É necessário que esses programas ofereçam subsídios para que as escolas atendam os desafios impostos pela sociedade contemporânea.

6. Considerações finais

Expor de modo sucinto a contribuição do seu projeto ao conhecimento científico da sua área, apresentando as implicações para futuros trabalhos que podem ser desenvolvidos.

As atividades realizadas com essa pesquisa, de coleta e análise de documentos, além de entrevista com os sujeitos envolvidos com os Programas, foi de grande contribuição para compreensão das dinâmicas que envolvem as políticas públicas de Inclusão digital do nosso país.

Com base nessas atividades, foi possível compreender como as políticas públicas dão sua parcela de contribuição para inserção das TIC no ambiente escolar, no entanto ainda deixam muito a desejar. O Proinfo teve grande respaldo, devido às capacitações destinadas aos professores e agentes educacionais, contudo, em mais de 12 anos de implementação, o programa ainda não conseguiu atingir suas metas e está longe de capacitar os educadores para utilizarem as TIC como potencializadoras no processo de construção do conhecimento e de aprendizagem dentro e fora do espaço escolar, devido as formações inadequadas que são oferecidas pelos NTE, em virtude da escassez de verbas para suprir necessidades básicas desses espaços, além da falta de comprometimento de professores e gestores que ainda não se deram conta da importância desses espaços e dessas tecnologias para o processo ensino-aprendizagem. O conceito de inclusão Digital que está relacionado com estes programas se constituem no acesso às máquinas como complemento às aulas, no caso do ProInf,o ou na conexão das escolas

públicas, através do Banda Larga nas Escolas, no entanto entendemos inclusão digital além da simples oferta de acesso, como formação desses indivíduos tornando-os capazes de produzir e criar uma consciência crítica para suas relações cotidianas na dinâmica social. A conexão de banda larga, articulada com o ProInfo, pode trazer grandes benefícios para o setor público educacional, mas precisa ser melhor direcionado no sentido do uso dessa rede, na formação que deve ser ofertada aos educadores, para o convívio com o amplo mundo das redes e suas novidades. É gritante a necessidade de articulação entre as políticas públicas. Essas realizam suas ações individualizadas, sem um diálogo afim de atenderem as deficiências, uma da outra. Uma possível articulação entre as políticas poderia solucionar muitos dos problemas existentes nessas, além de diminuir o montante financeiro gasto.

Por fim, é importante ressaltar a relevância dessa pesquisa para futuros trabalhos, como a monografia de final do curso que dará continuação a esta pesquisa.

7. Referências bibliográficas

Relação itemizada das referências que subsidiam a proposta de pesquisa, colocando as mais importantes.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola Aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

_____. **EDUCAÇÃO E INFORMÁTICA**. Uniagenda. Ano 3, n. 122. Ijuí - RS, 26 set. a 10 out. 1997, p. 2.

_____. **Computador na escola: a solução dos problemas da educação brasileira?** . Jornal da Manhã, Ijuí - RS, 12 fev. 1998, caderno especial de Informática, p.2.

_____. **Inclusão Digital e Formação de Professores**. *Revista de Educação (Departamento de Educação da FACUL - Lisboa)*, vol XI, nº1, 2002.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca. **Políticas Brasileiras de Educação e Informática**. Artigo produzido durante o curso de doutorado. 2000. Disponível em: <<http://www.faced.ufba.br/~bonilla/politicas.htm>> Acesso em 20 Maio de 2009

BONILLA, Maria Helena Silveira. Inclusão Digital nas escolas. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; ANANIAS, Mauricélia (Orgs). **Educação, Direitos Humanos e Inclusão Social: histórias, memórias e políticas educacionais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 183-200.

_____. **Sociedade da Informação: democratizar o quê?** *Jornal do Brasil*, 2001. Disponível em: <<http://www.faced.ufba.br/~bonilla/artigojb.htm>>. Acesso em 05/08/2009.

BRASIL. Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

BUZATO, Marcelo. **Entre a Fronteira e a Periferia: linguagem e letramento na inclusão digital**. 2007. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

EM ABERTO. **Financiamento da educação no Brasil**. Brasília, v. 18, n. 74, p. 1-164, dez. 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. Coleção Questões de Nossa Época 5º ed, v.23. São Paulo: Cortez, 2001.

GINDRE, Gustavo. Site: Observatório do Direito à Comunicação. [Governo troca política de inclusão ampla por banda larga nas escolas](#). Disponível em www.direitoacomunicacao.org.br. Acesso em 02 de Outubro de 2008.

CYSNEIROS, Paulo Gileno. **Iniciação à Informática na Perspectiva do Educador**. Revista Brasileira de Informática na Educação – Número 7 – 2000.

LEMOS, André. **Dogmas da Inclusão Digital**. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/inclusao.pdf>

KIMIECK, Carlos Luis. **Consolidação de comunidade de prática: Um estudo de caso do ProInfo**. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em tecnologia). Centro Federal tecnológico do Paraná.

PASSOS, Maria Sigmar Coutinho. **Uma Análise Crítica Sobre as Políticas Públicas de Educação e Tecnologia da Informação e Comunicação: A Concretização dos NTE em Salvador-Bahia**. 2006. Dissertação (Pós graduação em Educação e Contemporaneidade)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual da Bahia, Salvador.

PRETTO, Nelson. **Formação de professores exige rede**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, maio/ago. 2002. p. 121-131,

SETTE, Sônia Schechtman., AGUIAR, Márcia. Angela, SETTE, José. Sérgio. Antunes. **Formação de Professores em Informática na Educação - Um Caminho para Mudanças 1999**. Coleção Informática para a Mudança na Educação. MEC/SED/PROINFO.

SORJ, Bernardo. Brasil@povo.com: **a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TAKAHASHI, Tadeu. **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde** (Org.) 2000. Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretária de Educação a Distância. Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo)- 1997.

8. Participação em reuniões científicas e publicações

Relacionar as reuniões científicas e os títulos dos trabalhos (apresentados pelo estudante) durante a vigência da bolsa

Participação como ouvinte do **Seminário Estudantil de Pesquisa (IV SEMPEG E XXVII SEMPPG)**.- (12,13 e 14 de novembro 2008).

Participação como ouvinte do **II Seminário Internacional de eLearning**. - (11 e 12/de março 2009).

Participação como ouvinte do **III ENLS- Encontro Nordestino de Software Livre de Salvador, Bahia e do Free Software Bahia 2009**. - (29 e 30 de maio 2009)

Participação como ouvinte no **Seminário Rádio FACED Web**. (04 e 05 de junho de 2009)

9. Anexos

Anexar os resumos ou trabalhos que foram apresentados pelo bolsista durante a vigência da bolsa.

Resumo do artigo produzido durante a vigência da bolsa PIBIC.

Título: **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL: UM PRETEXTO PARA ANÁLISE DO PROINFO E DO UCA**.

Palavras Chaves: políticas públicas, tecnologias de Informação e comunicação , ProInfo, UCA.

Escrito por: Tânia Torres e Josélia Domingues

RESUMO

No atual contexto educacional brasileiro, estamos vivenciando a inserção das TIC no ambiente escolar. Frente às necessidades de a escola estar inserida nesse contexto, o governo vem lançando políticas públicas para inclusão digital de todos envolvidos no processo pedagógico. No entanto, apesar das escolas serem um espaço propício para a eficácia dessas ações as políticas públicas apresentam-se de forma desarticuladas não sendo suficientes para o acesso das TIC às escolas. Atualmente temos o programa Proinfo, que busca informatizar as escolas de nível fundamental e médio em todo o país se destacando entre os demais programas, devido à capacitação destinada aos professores, e agentes educacionais para a utilização pedagógica das tecnologias nas escolas, e o Programa Um Computador por Aluno (UCA), que está na fase pré-piloto, e investiga a possibilidade de adoção de laptops com softwares livres para alunos da Educação Básica, como forma de promover a inclusão digital e elevar a qualidade da educação do país. No âmbito dessas políticas criadas pelo governo, este artigo busca analisar as potencialidades, os limites e o conceito de Inclusão Digital que estão atrelados ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) e ao Programa Um Computador por Aluno (UCA) como estratégias para inserção das TIC nas escolas públicas para a plena vivência da cultura digital. O artigo ainda está em construção. Após sua conclusão, o mesmo estará disponível na página do grupo de pesquisa do GEC (<https://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/ArtigoT%e2nia>)

Resumo do Projeto de Monografia.

As questões e objetivos desse trabalho nasceram durante minha vivência enquanto bolsista em iniciação científica (PIBIC), cujo tema de pesquisa foi “Inclusão digital nas escolas: as políticas do MEC”, tendo como objetivo

compreender os interesses, as articulações e os desdobramentos do Proinfo e do Programa Banda Larga nas escolas, ambos desenvolvidos pelo MEC, para a promoção da inclusão digital dentro do espaço escolar. O aprofundamento teórico, durante o período da pesquisa, fez aflorar os questionamentos e inquietações sobre a relação dos NTE com a formação de professores, influenciando na escolha do tema que aqui me disponho a estudar. Nesse contexto, proponho o desenvolvimento deste trabalho de monografia que visa de investigar a constituição do NTE enquanto espaço para formação docente do Proinfo. As questões que guiarão a pesquisa são: que conceito de inclusão digital prevalece no Proinfo? Qual o sentido atribuído pelo NTE para formação docente? quais as dinâmicas e tensões que envolve esses núcleos? Apresento como objetivo geral analisar o programa Proinfo, especialmente as potencialidades e limites dos NTE para formação de professores; e como objetivos específicos: analisar as dinâmicas e tensões que envolvem os NTE; verificar e interpretar os tipos de capacitações destinadas aos professores nos núcleos, bem como sua relevância; compreender os sentidos e as significações que os multiplicadores atribuem a essa formação docente; Para realizar a investigação serão utilizados como instrumentos de pesquisa a análise documental, entrevistas semi-estruturadas e observação dos processos formativos dos professores. O Projeto de monografia ainda está em construção. Após sua conclusão, o mesmo estará disponível na página do grupo de pesquisa do GEC (<https://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/ProjetoT%e2nia>).